

Histórias, Independências e Alagoas nas Primeiras Décadas do Século XIX

Gian Carlo Melo Silva*

Resumo

O presente artigo tem como objetivo elencar, através dos autores alagoanos e de fontes, como o processo de independência do Brasil foi sendo construído na então Comarca de Alagoas. São usados nomes da historiografia local como Craveiro Costa, Moreno Brandão, Abelardo Duarte e Manuel Diéguas Júnior, associados a outros documentos, numa análise do que existe relatado e como alguns destes acontecimentos podem ser percebidos atualmente. O caminho percorrido remonta as primeiras informações encontradas acerca do processo de emancipação política, que através de fontes manuscritas do AHU remontam aos finais do século XVIII. A partir disso, compreendemos os fatos ocorridos em 1817 que culminam com a separação de Pernambuco e encaminhamos no entendimento e significados para localidade do que ocorre no âmbito nacional em 1822.

Palavras-chave: Alagoas; Emancipação; Independências.

* Historiador, com formação em Recife, na UFRPE (graduação e mestrado) e UFPE (doutorado). Desde 2010 é Professor de História da Universidade Federal de Alagoas – UFAL. Em Recife, desde 2017, mantém vínculo no quadro de professor permanente na pós-graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE. Autor das obras: **Um só Corpo, Uma só Carne** (2ª edição - EDUFAL), **Na cor da Pele, o Negro** (2018), e mais de dez coletâneas sobre História do Brasil, entre elas: **Os Crimes e a História do Brasil, Ensaios Sobre Escravidão e Sociedade, A Época Moderna e o Brasil Colonial**. Também é Coordenador do Núcleo de Estudos Sociedade e Escravidão na Época Moderna - NESEM - @nesemufal. Coordenou o PIBID-História e o PPGH-UFAL. Atualmente, desenvolve pesquisas sobre a presença de africanos em Alagoas e Pernambuco entre o período colonial e imperial.

Histories, Independences and Alagoas in the First Decades of the 19th Century

Historias, Independencias y Alagoas en las Primeras Décadas del Siglo XIX

Abstract

This article aims to list, through Alagoas authors and sources, how the process of independence of Brazil was being built in the then Comarca of Alagoas. Names from local historiography such as Craveiro Costa, Moreno Brandão, Abelardo Duarte and Manuel Diégues Júnior are used, associated with other documents, in an analysis of what is reported and how some of these events can be perceived today. The path taken goes back to the first information found about the process of political emancipation, which, through handwritten sources from the AHU, date back to the end of the 18th century. From this, we understand the facts that occurred in 1817 that culminated in the separation of Pernambuco and forward the understanding and meanings to the locality of what happens at the national level in 1822.

Keywords: Alagoas; Emancipation; Independences.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo enumerar, a través de autores y fuentes alagoanas, cómo se estaba construyendo el proceso de independencia de Brasil en la entonces Comarca de Alagoas. Se utilizan nombres de la historiografía local como Craveiro Costa, Moreno Brandão, Abelardo Duarte y Manuel Diégues Júnior, asociados a otros documentos, en un análisis de lo relatado y cómo algunos de estos hechos pueden ser percibidos hoy. El camino recorrido se remonta a las primeras informaciones encontradas sobre el proceso de emancipación política, las cuales, a través de fuentes manuscritas de la AHU, datan de finales del siglo XVIII. A partir de ahí, comprendemos los hechos ocurridos en 1817 que culminaron con la separación de Pernambuco y remitimos a la localidad la comprensión y los significados de lo que sucede a nivel nacional en 1822.

Palabras clave: Alagoas; Emancipación; Independencia.



(...) os naturais da mesma Província de Alagoas, de acordo com todos ou com a opinião do continente brazilico (sic), se achavam ofendidos fortemente pelos naturais de Portugal (...)
(RIHGAL, 1930, p.135).

Os sentimentos envolvidos aos momentos de decisão política são carregados de emoções que podem desencadear reações inesperadas. O Brasil de hoje, é muito carregado das marcas deixadas pelo seu passado colonial, escravista, patriarcal e paternalista, para ficarmos somente em alguns marcadores. Nas Alagoas, como podemos perceber, as reações eclodiram desde a formação do Quilombo dos Palmares, após a morte de Gana Zumba e a liderança de Zumbi, passando por outros momentos da história local no período de dominação batava² e chegaram na efervescência política dos anos de independência de Portugal.

Na história de Alagoas não podemos esquecer um demarcador importante: que desde finais do século XVIII, são presentes na documentação alegações acerca da importância da localidade³. Fato é que o papel da região para então Capitania de Pernambuco foi algo demarcado, em especial após a elevação de Alagoas para condição de Comarca, ficando a localidade juridicamente fortalecida e com ouvidor nomeado. Ao longo dos setecentos observamos vários indícios de sua busca crescente por autonomia com pedidos formais para sua emancipação política como veremos adiante.

O caso mais emblemático que legou registros é a carta de Bento Bandeira de Melo, um advogado experiente, que tinha participado do processo de emancipação da Paraíba e estava tentando o mesmo projeto para Alagoas na segunda metade do século XVIII. Como bem demonstra na sua argumentação,

¹ Nota explicativa Silvia Lara

² Nota sobre a expulsão dos holandeses em Santa Luzia

³ Acerca do tema é possível observar um resumo da trajetória destas alegações no texto de Douglas Apratto intitulado **Imago Controversa**: A Emancipação de Alagoas, no qual o autor examina o processo de emancipação e traz detalhes marcantes da historiografia local. (2016, pp. 12-20).



(...) vejo que Sua Alteza tanto se desvela no aumento dos Reais Domínios Brasilienses, criando de novo o importante Governo na Capitania do Espírito Santo, que para o futuro será, sem dúvida, um dos primeiros daqueles continentes; devo também falar em outro igual continente de meu País que suposto não seja ignorado por Vossa Excelência não terá, contudo, ideias adequadas para dele fazer uma tão digna e igual lembrança da que teve Sua Alteza com a Capitania do Espírito Santo. *É, Excelentíssimo Senhor, o lugar em que falo a Capitania das Alagoas, sujeita ao Governador Geral de Pernambuco sem outro governo mais, que o de um Capitão Mor nomeado pela câmara da cabeça da Comarca, e feito pelo General.* (AHU, cx. 3, doc. 265)

60

Como bem lembra Bento de Melo ao Rei, existia uma espécie de movimentos favoráveis aos processos de emancipação em curso no Brasil. Aproveitando tal situação, tentava, a partir da carta, encaminhar o mesmo direcionamento para Comarca das Alagoas. Sendo bastante enfático no seu pedido e criando uma série de argumentos que mostravam muitas benesses que seriam conquistadas, a carta segue uma lógica contínua de exaltação, começando pelas possibilidades de navegação já que a localidade “tem várias barras, onde podem ir deste Reino Embarcações com fazendas, e trazeram (SIC) os efeitos da terra”. Barras que já eram recebedoras de embarcações como

(...) um Navio Holandês, que estava negociando na barra de Cururipe, que fica ao Sul das Alagoas; e três léguas ao Norte desta barra há outra chamada de São Miguel, onde entram grandes sumacas, que são do mesmo lote, que são as maiores bergantim, assim como podem entrar maiores Embarcações na própria barra das Alagoas, e em distância desta mesma barra ao Norte duas léguas fica a enseada do Jaraguá, onde podem ancorar grandes navios, e carregarem em maior incomodo, e além destas barras nomeadas tem outras na compreensão da Capitania, e comarca das Alagoas, que melhor se possam escolher para carga dos efeitos (...). (AHU, cx. 3, doc. 265)

Os vários pontos de ancoragem e navegação eram conhecidos de outrora, sendo explorados durante os séculos anteriores para o escoamento da produção local e no tráfico de escravizados. Uma navegação que era feita por cabotagem e acompanhava o fluxo das praças mercantis do entorno, que eram Recife e Salvador. A produção local, que abastecia de mercadorias os navios compreendiam desde a produção de fumo⁴, passando pelo açúcar e algodão⁵. Lavouras que são exaltadas por Bento de Mello, dizendo que “produz com abundância a dita Capitania” o “açúcar pelos muitos Engenhos”, que estavam paralelamente produzindo o “algodão, e outros muitos gêneros”, isso sem falar da pesca, que abastecia o mercado com peixe seco. Tudo poderia ser continuado devido ao solo “fértil, e dilatado terreno” da região.

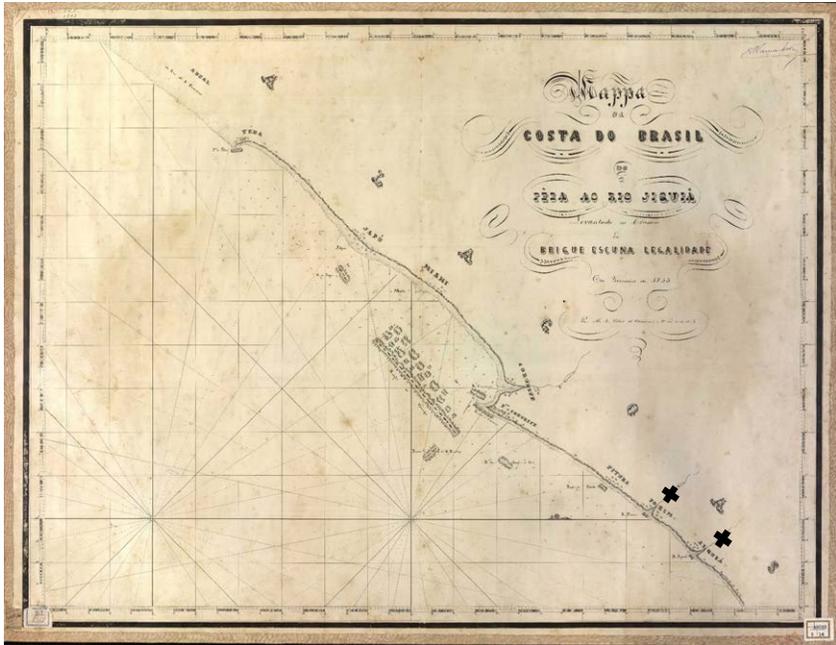
Ainda na produção, cabe lembrar que a Comarca de Alagoas forneceu durante muito tempo madeira para construção e reparo de embarcações, são relatados vários estaleiros na barra do Jaraguá, em São Miguel, Jequiá, Pajuçara e no Porto do Francês (PÉRICLES, 2015, p. 37). Nas palavras de Bento de Mello, eram “preciosas madeiras, de que é abundantíssimo” o território⁶. Conforme podemos observar nos mapas abaixo, temos algumas das barras que possuíam estaleiros para navios produzidos com a madeira extraída de Alagoas, locais que ainda eram muito usados no século XIX e estavam sempre próximos aos lugares de maior importância na região.

⁴ Como lembra Cícero Péricles, a Comarca de Alagoas exportava 10% do total do fumo vendido pela Bahia. Existindo ainda um fumo que era levado para o comércio de escravizados com a Costa da Mina. O fumo era plantado principalmente na zona da mata, englobando geograficamente localidades próximas a Porto Calvo, São Miguel dos Campos e Vila das Alagoas. (PÉRICLES, 2015, p. 37).

⁵ Sávio Almeida lembra que desde a época Pombalina a Companhia de Comércio de Pernambuco já tinha feito investimentos em algodão na região de Porto Calvo, sendo algo consolidado somente no final do século XVIII devido aos fatores externos, como a revolução Industrial. (ALMEIDA, 2018, pp. 89-90).

⁶ A extração de madeira foi tão intensa que em finais do século XVIII foi criado o cargo de Juiz Conservador das Matas, que intentava preservar as florestas da região. (PÉRICLES, 2015, p. 36). Contudo, vale lembrar que o primeiro conservador das matas era o senhor de engenho e Ouvidor Geral da Comarca, José de Mendonça e Mattos Moreira.

Mapa da Costa do Brasil – Do Peba ao Rio Jequiá - 1853⁸



Fonte: OLIVEIRA, M. A. Vital de. Mapa da costa do Brasil: do Peba ao rio Jequiá. Fev. 1853. 1 mapa ms., desenho a nanquim, 48,5 x 64,5cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart543205/cart543205.jpg. Acesso em: 5 out. 2022.

No intento de exaltar o território da Comarca, buscando efetivar sua emancipação política, a construção das embarcações reais é ressaltada para servirem não somente nas enseadas locais, como serviriam em Pernambuco e na Bahia, já que Alagoas remetia as maiores delas para tais localidades. Um trabalho que seria continuado e ajudaria na economia dos fretes, pois partindo dos portos locais diretamente para Lisboa, estariam reduzindo custos e prejuízos dos investidores em Alagoas. Fora que a economia gerada estimularia os senhores locais a produzir, cada vez mais, açúcar e algodão, graças a “boa qualidade da terra”. Mesmo com sua carta e a experiência de outros pedidos na Paraíba, Bento de Melo não logrou

⁸ Na marcação **X**, destacamos as Barras do Rio Poxim e do Rio Jequiá. A esquerda é possível localizar a Barra do Rio Coruripe.

sucesso e as famílias distintas da localidade não foram agraciadas com a emancipação de Pernambuco na época do pedido. Somente depois de vinte anos é que tal intento foi alcançado. Não somente por um pedido anterior, mas por um somatório de fatores, como veremos.

Os acontecimentos de 1817, breve relato

Passados vinte anos do pedido de Bento de Melo, a então Comarca de Alagoas estava envolta num processo de revolução, graças ao movimento ocorrido na Capitania de Pernambuco a partir de 6 de março do ano de 1817. Uma república tinha sido instalada e, reagindo contra o poder central exercido pelo Rio de Janeiro, tentava angariar adesão nas áreas sob sua influência política. As notícias narradas por Craveiro Costa (1983, p.79) indicam que não existiu uma articulação prévia com habitantes das partes ao sul da capitania pernambucana, e isso justificaria que “os homens representativos da Comarca” fossem surpreendidos, o que não impediu a ocorrência de adesões na região.

Continua sua narrativa argumentando que existiu pouca habilidade do representante revolucionário que passou pela Comarca rumando para Salvador para alardear os ideários da Revolução Pernambucana. Como descreve Costa: “O Padre Roma atravessa Alagoas, aturdida pela nova sensacional, como um meteoro, lançando fagulhas revolucionárias com os panfletos, proclamações e decretos” (1983, p.79). Sua falta de destreza ao tratar quase que unicamente com o comandante de armas na sede da Comarca, Vitoriano Borges da Fonseca, trouxe risco na adesão local aos novos ventos que sopravam do Recife. Contudo, Vitoriano Borges e seus trinta soldados foram pôr em prática o que tinham acordado com o emissor da revolução: leu publicamente os documentos enviados, soltou os presos, destruiu símbolos da realeza e os termos *patriota* e *vos*, passou a substituir os tratamentos de senhor, excelência e mercê na localidade, como lembra Moreno Brandão (1981, p. 38).

Considerando que o sucesso da revolução nas Alagoas foi entregue a alguém que não estava à altura da função, Craveiro Costa lembra ainda que Vitoriano Borges agiu de forma aparentemente



ambígua, pois ao mesmo tempo que propagou as mudanças na localidade, informou para o Conde dos Arcos os acontecimentos “procurando preparar o campo de sua defesa futura, se o movimento fracassasse” (1983, p. 81). A resposta dada pelo Conde foi enfática e exigia do Comandante uma única forma de dirimir sua sublevação:

“com a espada em uma mão e a bandeira portuguesa em outra se reúna aos bravos que aí mando encarregados de adorar o sagrado nome de S. M. El-Rei Nosso Senhor e de punir de morte os rebeldes, na inteligência de que sua ulterior conduta me proporcionara a ocasião, para mim muito agradável, de interpor minhas humildes suplicas na Augusta presença de El-Rei Nosso Senhor, implorando ilimitada munificência o perdão de algum momento de desatino (...)”. (CONDE DOS ARCOS, *apud*, COSTA, 1983, pp. 81-82).

Cabe destacar que na Comarca várias localidades aderiram ao projeto durante a passagem do Padre Roma e a divulgação feita pelo Comandante. Muitos dos principais homens da época instalados em Penedo e São Miguel dos Campos estavam prontos para inserir Alagoas na nova república. O nome destacado foi o do capitão Manoel Vieira Dantas que, a partir de São Miguel, comandou a resistência das tropas enviadas pelo Conde dos Arcos, através de Sergipe del Rey. Porém, a adesão durou pouco tempo, em 31 de março de 1817, a Comarca abandonou Pernambuco e aderiu a um governo provisório que seguiria os interesses da Bahia e era defensor do Império. A partir desse momento, os membros da junta governativa, a saber: o vigário Antonio Gomes Coelho, o tenente-coronel Francisco de Cerqueira e Silva, o Capitão Manoel Duarte Coelho e o ouvidor Antônio José Ferreira Batalha, passaram a reunir as forças locais para combater o movimento pernambucano. (BRANDÃO, 1981, p.38).

Um nome de destaque do movimento de reação em Alagoas foi o Ouvidor Batalha que, após a fuga do comandante Vitoriano Borges - tendo em vista a ameaça do Conde dos Arcos e as incertezas da vitória revolucionária, decidiu fugir sem ficar do lado imperial ou da república de Pernambuco – impediu em Atalaia, com sua lealdade a realza portuguesa, a leitura dos decretos e passou a organizar à



resistência seguindo o que desejava o Conde dos Arcos. Articulou juntamente com as câmaras leais ao Rei e outros homens, forças militares em Maceió e Porto de Pedras, e partiu para sede administrativa da então Comarca para marcar a separação de Pernambuco e a criação da junta governativa referida anteriormente.

Craveiro Costa ressalta que a atitude tomada pelo então Ouvidor Batalha é o marco inicial da emancipação política de Alagoas (1983, p. 85); algo que teve sua influência, porém, não podemos deixar de lado o somatório de outros fatores. Em especial, destaco a construção dos interesses de uma elite local com a separação, que ganharia autonomia e manutenção de poder. Argumentos já usados pelo então Bento de Melo, em 1797, como a produção local e a capacidade de gerar riquezas, pois sem conseguir arcar com suas despesas e gerar lucro para fazenda real, a separação poderia não ser viável. Alerta ainda Costa, que a ação do Ouvidor foi aprovada parcialmente pelo Conde dos Arcos, em especial por conta da formação da junta provisória para governar, pois Alagoas tinha mudado sua jurisdição de obediência, mas ainda continuava como Comarca ligada agora à Capitania da Bahia.

Outro fator que demarca o período, e que não pode ser deixado de lado, é o crescimento do porto de Maceió, que tinha sua vila com o mesmo nome e estava atraindo cada vez mais embarcações para o Jaraguá. Com a circulação de mercadorias e dinheiro, a Vila de Maceió vai ganhando importância no cenário da Comarca das Alagoas e a sua elite insere-se cada vez mais na câmara local. Um indício da importância que passava a adquirir pode ser observado na informação apresentada por Diégues Júnior (1967, p.118) de que, antes mesmo de março de 1817, em janeiro do mesmo ano, a dita Câmara da Vila de Maceió solicitava a emancipação da Comarca de Alagoas. Na imagem abaixo, que apresenta informações de navegação e ancoragem, com datação aproximada do final do século XVIII é possível observar uma concentração de navios em Maceió, no Porto do Jaraguá, o que indica que a circulação e navegação na localidade já era intensa.



Planta da Orla de Alagoas



Fonte: Planta da Orla de Alagoas – Fac-símile por Isabel Sangarau da Fonseca – Lisboa, 1954. In: Setor de Iconografia – APEJE. Destaque circulado para região do Porto de Maceió.

Talvez Diégues Júnior não tivesse conhecimento da carta de Bento de Melo ao escrever seu texto durante as comemorações do sesquicentenário de emancipação política de Alagoas. Mas, não deixou de cravar em sua narrativa a existência de referências anteriores que remontam a importância da localidade. Entre os fatores que alegava como contribuintes ao processo emancipatório citou a “riqueza econômica, di-lo (sic) a produção de açúcar, a produção de mandioca, a produção de milho”, que cresciam para fins comerciais desde o XVIII e a “cultura do algodão” que rapidamente prosperou. Afirma ainda, imbuído de um sentimento de exaltação das qualidades de Alagoas que, desde 1730, em documento que tratava da emancipação da Paraíba, já era dito que: “mais importante a comarca das Alagoas”. (DIÉGUES JÚNIOR, 1967, p.119).

Já conhecidos um pouco dos personagens e situações envolvidas no processo de chegada dos ventos emancipacionistas de Pernambuco, não devemos esquecer que localidades nas Alagoas aderiram a causa, mesmo com os enfrentamentos ocorridos com as tropas

comandadas pelo Ouvidor Batalha. Como ressalta o próprio Diéguas Júnior (2012), em sua obra clássica acerca do Banguê em Alagoas, a família⁹ tinha papel preponderante na sustentação social da região, especialmente através do engenho. Foi numa dessas propriedades que ocorreu o caso mais conhecido de adesão à república de Pernambuco.

Foi no Engenho Sinimbu que Ana Lins, uma mulher cujo passado remonta as elites coloniais que povoaram Alagoas a partir de Porto Calvo, formou o que ficou conhecido na história local como “trincheira da República” (DIÉGUES JÚNIOR, 2012, p. 200). Sempre associada ao marido, o capitão Manuel Vieira Dantas, Ana Lins conseguiu ter papel preponderante na difusão das informações vindas do Recife e, juntamente com seu consorte, formaram um núcleo combativo e de proteção aos adeptos da causa revolucionária. Chegou inclusive a prometer alforria para os escravizados que combatessem ao seu lado. Com a frente organizada pelo Ouvidor Batalha, os entrincheirados no engenho Sinimbu foram sendo vencidos. Seu marido não estava presente, pois tinha ficado em outra frente de batalha em São Miguel dos Campos e acabou preso junto com um de seus filhos.

Ainda conforme Diéguas, “D. Ana Lins levantou barracas da mais feroz resistência concentrando os últimos fiéis à revolução”. Alvos da ação do Ouvidor Batalha, que queimou canaviais e casas dos lavradores, resistiram até findarem sua pólvora e acabarem presos. Contudo, ao chegarem dentro da casa-grande, Ana Lins tinha conseguido garantir que os demais aliados fugissem, sendo presa com seu filho mais novo na cadeia de Maceió. Um processo que perdurou até o momento da anistia dos rebeldes, quando foram perdoados em 1818. Após sua prisão¹⁰, ela voltou a ser atuante e

⁹ Diéguas Júnior ressalta em sua obra que “os mais sérios movimentos do século XIX, ou até antes mesmo, foram feitos pelas grandes famílias rurais: os engenhos eram centros de sua irradiação”. (2012, p. 201).

¹⁰ Sua história ainda precisa ser aprofundada, juntamente com a observação do papel de outras mulheres e de escravizados dentro do processo de emancipação em Alagoas. Infelizmente detalhes foram perdidos e com a tradição ainda muito arraigada numa historiografia branca e masculina, deixamos de conhecer e descobrir muito mais sobre nosso passado.

passou a reconstruir a antiga propriedade devastada pela ação do Ouvidor contra resistência concentrada no Engenho Sinimbu. (DIÉ-GUES JÚNIOR, 2012, p.200).

Findado o movimento revoltoso em Pernambuco e controlados seus efeitos nas Alagoas, ao menos temporariamente, a Comarca ficava sob controle de aliados do poder central instalado no Rio de Janeiro. Numa ação ocorrida ainda em 1817, poucos meses após vencer os conflitos, o então Rei Dom João VI, declarou a emancipação do território. Em 16 de setembro do mesmo ano, a Comarca era erigida a condição de Capitania de Alagoas, conforme podemos observar no decreto real:

Cria a Capitania das Alagoas, desmembrando-a de Pernambuco¹¹.

Convindo muito ao bom regime deste Reino do Brasil, e a prosperidade a que me proponho elevai-o, que a Província das Alagoas seja desmembrada da Capitania de Pernambuco, e *tenha um Governo próprio que desvelada mente se empregue na aplicação dos meios mais convenientes para dela se conseguirem as vantagens que o seu terreno e situação podem oferecer em beneficio geral do Estado e particular dos seus habitantes e da minha Real Fazenda: sou servido isenta-la absolutamente da sujeição, em que até agora esteve do Governo da Capitania de Pernambuco, erigindo-se em Capitania com um Governo independente que a reja na forma praticada nas mais Capitánias independentes, com faculdade de conceder sesmarias, segundo as minhas reais ordens, dando conta de tudo diretamente pelas Secretarias de Estado competentes. E atendendo às boas qualidades e mais partes que concorrem na pessoa de Sebastião Francisco de Mello e Povoas: Hei por bem nomeá-lo Governador dela para servir por tempo de três anos e mais que decorrer enquanto lhe não der sucessor. (grifo meu)*

Palácio do Rio de Janeiro em 16 de setembro de 1817.

¹¹ A ortografia do decreto foi atualizada para melhor compreensão.

Como consta no decreto, a emancipação não foi consumada como forma de penalidade para Capitania de Pernambuco, ao menos na letra do texto, pois fica ressaltado que o fato ocorria visando a prosperidade do reino. Seguida das obrigações que os habitantes da localidade estariam sujeitos a empregar para seu benefício e a contribuição com a fazenda real. A partir de sua emancipação, Alagoas viveu um período de instabilidade política e de disputas entre elites locais, situação que era circunstanciada por meio de uma “economia pobre, agroexportadora (...) sustentada pela indústria açucareira” que estava controlada por grupos espalhados em dois núcleos principais: o norte da Capitania que era conservador e monarquista, já ao sul, que mesmo envolto no cultivo da cana diversificava sua produção com o algodão e tinha uma vocação mais liberal e federalista. (PÉRICLES, p.150).

70



Abrindo um breve parêntese, antes de seguirmos para os acontecimentos que eclodem na década de 1820, nos cabe pensar, hodiernamente, se tais grupos políticos, assentados na posse da terra e no mando da governança da então capitania, não permaneceram em seus postos. Sem perder seu caráter conservador, patriarcal, misógino e atualizado, temos na contemporaneidade uma Alagoas arraigada na pobreza e exploração do outro, preferencialmente se o outro remeter a uma ascendência escravizada.

As Alagoas e as Independências

O reconhecimento do Príncipe Pedro como defensor perpétuo pela Câmara da Vila de Alagoas em junho de 1822, poucos dias após ter sido iniciado na maçonaria¹², pode ser considerado um marco dentro de um ano tão agitado na política nacional. Conforme Moreno Brandão (1981, p. 49), a junta eleita para o governo de Alagoas em janeiro do mesmo ano, após a saída de alguns membros enviados

¹² Conforme relata Abelardo Duarte, o Príncipe tinha recebido o título de defensor perpétuo em 13 de maio do mesmo ano de 1822 pela Câmara do Rio de Janeiro. (1974, p.69). Dia que deve ter sido escolhido por ser a data de aniversário de Dom João VI, seu pai. Já Lustosa coloca que o título sugerido em outubro seria de “Primeiro imperador e defensor perpétuo do Brasil”. (LUSTOSA, 2006, p.153). Conforme a historiografia do tema, a iniciação dentro da maçonaria do então Príncipe viria a ocorrer em julho e poucos dias depois ele seria elevado a grão-mestre. (BARATA, 2005)

para as cortes em Lisboa, era composta por José Antonio Ferreira Braklamy, José de Souza e Mello, Nicoláu Paes Sarmento, Manuel Duarte Coelho e Antonio de Hollanda Cavalcanti. Uma junta governativa que era adepta a causa de Lisboa, algo que causava divergências locais, mas que tinha sua adesão assegurada pela proteção do então comandante de armas e membro do governo, o tenente-coronel português Manuel Duarte Coelho.

Num movimento que ganhou força após a maçonaria carioca ter indicado o título de defensor para o Príncipe regente em maio de 1822, as notícias vindas do Rio de Janeiro e as ameaças de Lisboa chegaram nas Alagoas, levando o “povo as armas” conforme Craveiro Costa (p. 108). O episódio fez com que a junta governativa local resolvesse aclamar Pedro como defensor e protetor perpétuo do Brasil em Alagoas. Um momento em que as desavenças e insatisfações com a presença de membros portugueses na governança local foram ganhando força e culminaram na recomposição da Junta, após a retirada dos que se mantinham solidários à Lisboa. Em sua narrativa, Brandão lembra que a então junta “não exerceu tranquilamente suas funções” (1981, p. 49). Seguiu-se que os defensores da causa do Rio de Janeiro, em um movimento de reação, agiram e:

“Jeronymo Cavalcanti de Albuquerque, parente do vogal Antonio de Hollanda Cavalcanti, de perfeito acordo com este e com o vogal José de Souza Mello, pôs-se a frente de 400 homens armados, contando-se soldados de 1ª linha, invadiu a capital, aclamou D. Pedro 1º protetor e perpetuo defensor do Brasil, depôs o presidente Braklamy e o vogal Manoel Duarte Coelho, portugueses, substituindo-os pelo bacharel Caetano Maria Lopes Gama, juiz de fora de Penedo e ouvidor interino, que se achava procedendo correição em Alagoas, e por ele mesmo Jeronymo Cavalcanti (...)”. (Idem).

Depostos os membros portugueses da junta, tornando-a “nacional”, as animosidades recaíram sobre a presença de civis e militares de Portugal que foram demitidos - alguns embarcados para Portugal nos dias e meses seguintes. Outros receberam permissão



de permanecer na localidade devido ao seu trabalho, como o antigo presidente da junta José Antonio Ferreira Braklamy, que recusou sua permanência alegando moléstias e problemas de saúde, regressando dias depois para Portugal. (RIHGAL, 1930, p. 136). Aos defensores do Rio de Janeiro, seguiu-se um movimento de angariar recursos, prestar auxílios para tropas de defesa e a construção de uma bateria no porto do Francês, visando evitar o desembarque de “forças lusitanas”.

Junta governativa instalada, eleição de novos deputados realizada, seguiu-se para o ato de 28 de junho de 1822. Conforme consta em ata lavrada dentro da Igreja Matriz da Vila das Alagoas, estavam reunidos o senado da câmara, os oficiais de guerra e milícias, os membros das ordenanças, os povos de várias localidades de Alagoas, juntamente com o clero, a nobreza e o povo da Vila. Toda essa gente reunida recebeu a junta governativa que elencava as ações tomadas no momento, ressaltando o descontentamento com as atitudes dos portugueses na região de São Miguel dos Campos, que estariam “proferindo blasfêmias e impropérios” contra o regente, chegando a afirmar e espalhar que ele tinha sido preso no Rio de Janeiro. (RIHGAL, 1930, p. 135). Em vista desses acontecimentos, do momento de efervescência política e aproveitando a presença de vários seguimentos na localidade:

“(…) compareceu toda assembleia o povo na frente da mesma, e ali com vivas gerais, e demonstrações de alegria e união foi aclamado Príncipe Regente protetor e defensor do reino do Brasil o Príncipe Real do reino unido, residente na cidade do Rio de Janeiro, aonde e em outras capitais do mesmo Brasil, consta ter sido já semelhantemente aclamado; e para testemunho e firmeza de caráter foram as aclamações e vivas do teor seguinte: *Viva a nossa santa religião: Viva el-rei constitucional o Sr. D. João VI: Viva S.A.R. o Príncipe Regente, protetor e defensor do reino do Brasil, reconhecido nele como poder executivo! (...)*”. (RIHGAL, 1930, p. 136)

Ao menos em tese, a exaltação ao Príncipe Regente nascia de um ato coletivo e com a participação popular. Contudo, vale



destacar que, para posteridade, somente os nomes dos líderes da elite local e da governança é que foram guardados. O povo, continuou sendo uma massa sem distinção, conduzido e usado de acordo com as conveniências do momento. Abelardo Duarte (1974, p. 71), em sua análise do acontecimento, lembra que não seria possível explicar a “confiança popular” depositada nos portugueses da Junta, já que existia um repúdio dos “povos” unidos na igreja. Questiona até que ponto o povo confiava em Braklamy e Manoel Soares, já que as animosidades para com os europeus tinham sido fator determinante nas mudanças que ocorriam na Junta e na organização política local. Chega a afirmar que seriam falsos os elogios apresentados para os membros portugueses na ata lavrada pelo secretário¹⁵, o que de fato pode ser verdade, não passando de uma mera formalidade política e discursiva para o registro que ficou legado à posteridade.

Com o desejo de demarcar o que ocorreu nas Alagoas, o então secretário da Junta, José de Souza Mello, foi enviado para sede do futuro Império do Brasil para mostrar que a Província de Alagoas tinha aderido aos seus propósitos e seria fiel ao futuro novo imperador. Em setembro, fez seu discurso perante Dom Pedro e lembrou que:

“A província de Alagoas, sim, que sempre marchou briosamente nos seus movimentos políticos, sem ser jamais teatro da guerra civil e anarquia, que tem grassado pela maior parte das provinciais brasílicas, aceitou e cumpriu religiosamente as ordens dimanadas de V. A. Real, em benefício da nova causa do Brasil, e querendo redobrar seus puros reconhecimentos dispôs, promoveu e pôs em prática a aclamação de V. A Real como Príncipe Regente e perpetuo protetor do reino do Brasil, celebrada em paz e solenemente, na capital, aos 28 de junho deste ano, e consecutivamente nas demais vilas da província (...).” (RIHGAL, 1930, p. 140).

¹⁵ Abelardo Duarte lembra ainda que a sujeição de Manuel Duarte é antiga, pois durante o movimento de 1817 quando era o Comandante de Armas, andou pelas ruas da Vila de Alagoas dando vivas ao Rei Dom João VI. Claro que não estava sozinho, em sua companhia os soldados sob seu comando intimidavam a população. (1974, p. 74).



A manutenção da ordem, sem anarquia, demarca o tom do discurso que, associado a uma espécie de desejo de civilidade, se casam com a fidelidade que será ofertada ao Príncipe. Assim, a aclamação pode ser vista como uma espécie de vassalagem, cumprindo todas as normas enviados pelo Príncipe, já que prestava Alagoas “a mais rigorosa obediência e adesão a V. A. Real a sua alta prole e ao congresso brasílico (...)”. Finalizava seu discurso chamando os pernambucanos de “famigerados”, por conta de seu brio e patriotismo, e lembrando que a Bahia estava sendo oprimida por um déspota armado. Por fim, queria que todos, seja na Bahia ou em Pernambuco, proferissem vivas ao “grande Pedro do Brasil e a sua adorável família”. (RIHGAL, 1930, p. 141).

Mudanças, desde que tudo fique quase igual...

74



Após compreendermos um pouco do que aconteceu em Alagoas desde finais do século XVIII e início do XIX, observamos que os ventos das emancipações e independências chegaram na localidade de forma constante e contínua. Não estava a então Comarca fechada e sem contato com as informações que circulavam no Brasil e no mundo. Contudo, o que é possível observar é a permanência, não só como ato contínuo na produção agrícola, assentada na grande lavoura, como também na conformidade das elites dominantes.

Os ventos das mudanças eram aceitos, desde que a derrota não configurasse parte do desfecho ou mudanças bruscas alterassem os rumos das elites locais. Primeiro, com a Revolução Pernambucana que, hoje em meio aos estudos e acontecimentos do bicentenário, sabemos que foi um processo crucial no caminho da independência política do Brasil. Depois com a adesão ao Príncipe Pedro, que ao ser declarado defensor perpétuo demarcava sua futura condição de imperador, tudo planejado e executado de acordo com os interesses das elites, sem alterar a ordem escravista, sem mudar os direitos de propriedade e controlando, no caso das Alagoas, a presença dos europeus – que na verdade eram quase todos portugueses – mantendo na mão dos representantes locais a possibilidade de mais cargos.

O ato ocorrido dentro da matriz da Vila das Alagoas em junho, seguido da formação de uma nova Junta com membros nacionais e o envio de representante ao Rio de Janeiro demarcam alguns dos passos de um longo processo de disputas locais. Apesar da aparente união em torno do Príncipe, existia um clima de disputa constante entre os poderes estabelecidos no Governo da Província e o Senado da Câmara na sede da Vila das Alagoas. Nas celebrações da aclamação de D. Pedro, em 12 de outubro, um acontecimento mostra que a tal paz não existia de fato. Segundo Abelardo Duarte (1974, p. 120), o Senado da Câmara queria ter primazia na localidade e, em busca de realizar seus intentos, programou uma comemoração da aclamação, antecipando-se ao governo da Província, que só foi chamado para o ato com horas de antecedência, em uma total quebra do protocolo e demonstrando um pouco da disputa, foi realizada uma festa que perdurou por onze dias consecutivos, começando em 30 de novembro com uma Vila das Alagoas coberta por luminárias.

Luz que talvez não tenha iluminado o povo, que nos documentos e na historiografia, aparece sempre genericamente nomeado, sem destaque e como mero expectador concordando com as decisões tomadas. Ficando no meio de uma disputa política das elites locais, entre câmara e junta, entre escravistas e políticos. Aliados de vontade, sem benesses e sem ter sua história contada nas fontes oficiais, uma história que precisa ser descortinada para pôr fim a dicotomia existente até os dias de hoje, em que só os interesses das elites herdeiras do escravismo de outrora tem o poder nas suas mãos assentados, como no passado, nas câmaras e no governo.

Referências

ALMEIDA, Sávio. **A formação histórica de Alagoas I: rotas de acumulação**. Maceió: EDUFAL; Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2018.

Arquivo Histórico Ultramarino – AHU, Cx. 3, Documento 265 - 9 de dezembro de 1797. Carta de Bento Bandeira de Melo ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar], conde de Linhares, D. Rodrigo de Sousa Coutinho sobre a geografia, navegação, comércio e produções de Alagoas e a conveniência de se criar governo independente do de Pernambuco, à semelhança do que fez para a Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.



Ata de Aclamação do Príncipe Dom Pedro de Alcantara como defensor e protetor perpétuo do Brasil, em Alagoas. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas** – volume XIV. Maceió: Oficinas Gráficas Livraria Machado, 1930.

BARATA, Alexandre Mansur. Sociabilidade maçônica e Independência do Brasil (1820-1822). In: JANCSÓ, István (Org.). **Independência: história e historiografia**. São Paulo, Hucitec; Fapesp, 2005.

BRANDÃO, Moreno. **História de Alagoas**. Maceió: Sergasa, 1981.

CARVALHO, Cícero Péricles de. **Formação Histórica de Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 2015.

COSTA, Craveiro. **Maceió**. 3ª ed. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos. (Prelo)

COSTA, Craveiro. **História das Alagoas** – resumo didático. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1983.

COSTA, Craveiro. A emancipação política de Alagoas em seu sesquicentenário. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. V. 277. Rio de Janeiro: IHGB, 1967.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **O Banguê nas Alagoas**: traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional. 3ª edição. Maceió: Edufal, 2012.

DUARTE, Abelardo. **As Alagoas na Guerra da Independência**. Arquivo Público de Alagoas. Maceió, 1974.

LARA, Sílvia Hunold. **Palmares & Cucaú**: O Aprendizado da Dominação. São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 2021.

LUSTOSA, Isabel. **D. Pedro I: um herói sem nenhum caráter**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

ROMEIRO, Antônio. **Santa Luzia do Norte: um pouco de sua história**. Maceió: ESMAL, 2008.

TENÓRIO, Douglas Apratto. **Imago Controversa: A Emancipação de Alagoas**. Maceió: Editora CESMAC, 2016.

